

# **COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

## **REQUERIMENTO Nº DE 2005 (Do Sr. Gervásio Oliveira)**

Solicita Audiência Pública convidando os diretores da ANP – Agência Nacional do Petróleo.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais do Art. 117 do Regimento Interno, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, convide os Ilustríssimos Senhores Diretores da ANP - Agência Nacional de Petróleo, Dr. Haroldo Lima, Dr. John Forman, Dr. Newton Monteiro, e o Dr. Victor Martins, para realizarem uma audiência pública , para fazerem uma exposição do que está sendo explorado do setor de petróleo e gás na Amazônia e do potencial da Amazônia em termos de petróleo e gás, destacando o desenvolvimento auto-sustentável e os aspectos ecológicos.

## JUSTIFICAÇÃO

O sonho de conseguir a autonomia do país, expandindo a produção de petróleo e gás natural de forma a atingir e manter a sua auto-suficiência, é o desejo de todos. E para que isso aconteça, certamente será necessário intensificar a atividade exploratória, objetivando aumentar e incrementar os atuais volumes de reservas do nosso país.

Projeta-se que daqui a sete anos, a economia brasileira precisará de 50% a mais de energia do que ela produz atualmente, apesar do crescimento da produção de petróleo e gás natural do país. Hoje a Bacia Sedimentar de Campos é a base da produção nacional. Mas até quando?

Em termos comparativos o investimento em número de poços de petróleo perfurados no Brasil é muito baixo em relação aos EUA, onde no ano de 2003, foram perfurados 10 mil poços apenas em 2003. Já no Brasil, em 50 anos, foram perfurados 22 mil poços de petróleo.

A imensa área da região Amazônica, com seu grande potencial geológico, necessita de dados e informações em termo de quantidade e qualidade, para que avaliações desse potencial possam ser conduzidas em tempo oportuno para futuras explorações, sem deixar de levar em consideração o crescimento auto-sustentável.

O desenvolvimento da região com uma rede de áreas protegidas entremeadas por áreas com variáveis graus de ocupação humana, na qual, o manejo poderá ser integrado para garantir a sobrevivência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte, baseada no uso sustentável dos recursos naturais, é o que se espera com a inserção de um modelo de política pública e participativa, que propõe a população o desenvolvimento da região sem danos a sua biodiversidade.

Sala das Sessões, de 2005.

Deputado Gervásio Oliveira – PMDB AP